

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 31 de agosto de 2001

Ano 3 Nº 69

Comissão permanente acompanhará obras da BR-101

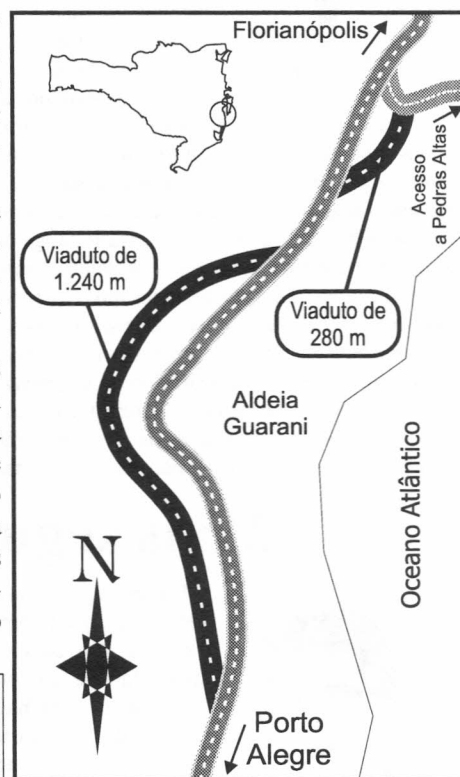
Após a liberação pelo Ibama da Licença Ambiental Prévia (LAP) mantendo um traçado paralelo ao atual, no lote 2, em Morro dos Cavalos, o deputado Manoel Mota (PMDB), relator da Comissão Parlamentar Externa (CPE) que acompanha os assuntos relacionados à duplicação da BR-101/Sul, informou que irá propor que a CPE seja transformada em uma *Comissão Permanente de Acompanhamento* até o final das obras. A expectativa é que as obras iniciem em fevereiro próximo e os dez lotes sejam entregues até 2005.

Segundo Mota é conveniente manter a mobilização durante a captação de recursos junto aos Bancos Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Comercial do Japão (JBIC), além de acompanhar a publicação dos editais de concorrência. Os bancos haviam condicionado a

liberação dos recursos à solução dos problemas ambientais em todo o traçado da duplicação da rodovia. Agora é a vez do Ministério dos Transportes dar continuidade às negociações dos contratos de financiamento da obra.

A licença emitida no dia 27 soluciona impasse que se arrastava desde março do ano passado na região onde a BR-101 atravessa a terra dos índios Guarani, em Palhoça.

No local serão construídos dois viadutos em paralelo à rodovia. Um com 1.240 metros de extensão, exatamente na área do chamado Morro dos Cavalos e outro, com extensão de 280 metros, no acesso à praia de Pedras Altas em Enseada de Brito. Os viadutos terão duas faixas com acostamento e passeio para pedestres e serão utilizados pelo tráfego no sentido norte-sul.



Suspensão temporária da licitação de pedágio na BR-101

Preocupado com a divulgação pelos meios de comunicação da privatização do trecho norte da BR-101, restando agora ao Ministério dos Transportes a abertura de licitação para o pedágio, o deputado Ivan Ranzolin (PPB) teve aprovado requerimento endereçado ao ministro Humberto Guimarães Souto, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), solicitando a suspensão temporária da licitação para um reexame do edital quanto aos critérios e responsabilidade das concessionárias, assim como a tabela dos preços dos pedágios. O parlamentar argumentou que a duplicação do trecho, numa extensão aproximada de 250 km, foi financiada com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em valores de 250 milhões de dólares, e que o

pagamento deste empréstimo cabe ao governo federal.

Ranzolin salientou que a preocupação da Assembléia reflete o pensamento da sociedade, que pagou um elevado preço pela rodovia, tanto no lado material como com a perda de vidas. Ele frisou que espera uma fiscalização do TCU no processo licitatório e respostas às seguintes questões: ressarcimento e/ou solidariedade das futuras concessionárias quando do pagamento ao BID dos valores financiados; benefícios disponibilizados aos usuários das rodovias, incluindo obras de infra-estrutura, manutenção, segurança, emergência e outros a serem exigidos; previsão de arrecadação e custos de manutenção e menção às obras do contorno viário da Grande Florianópolis.

Audiência contra privatizações

Página 4

Política de Ciência e Tecnologia para SC

Página 5

Greve da UFSC em debate na AL

Página 8

OPINIÃO

BR-101: uma vitória da vida



Finalmente, após idas e vindas a Brasília, extensas e desgastantes reuniões em gabinetes do DNER, Ibama, Fatma, Funai, Ministério dos Transportes e muita, muita pressão, a duplicação da BR-101, trecho sul, vai sair do papel. Com a liberação da Licença Prévia Ambiental (LPA), nesta semana, o Governo Federal poderá iniciar nos próximos dias os contratos de financiamento com bancos internacionais da obra mais importante para a região sul do Estado e, porque não dizer, do sul do país.

Com o início dos trabalhos de duplicação do trecho que vai de Palhoça (SC) a Osório (RS), estaremos dando adeus aos intermináveis engarrafamentos e, principalmente, aos constantes acidentes que ferem e matam milhares de catarinenses e brasileiros que trafegam diariamente pela rodovia. Segundo dados estatísticos, a cada 29 horas alguém perde a vida ao longo da BR-101. Nos últimos cinco anos e meio foram 14 mil acidentes, sendo sete mil feridos e mil e cinqüenta mortes. Não podemos nos esquecer, obviamente, daqueles que sofreram ou ainda sofrem a perda de um ente querido.

A luta pela duplicação da rodovia não envolve apenas a participação de deputados, prefeitos, vereadores e empresários. Líderes comunitários, associações comerciais, sindicatos e a imprensa exercem papel fundamental na concretização desse sonho. Não foram poucos os episódios que nos obrigaram a paralisar a rodovia, promover passeatas e

panfletagens. Todos tinham consciência, acima de tudo, de que somente a pressão poderia sensibilizar as autoridades federais e acelerar o processo de duplicação.

É claro que a liberação da LPA é apenas o início de uma etapa. A partir de agora, estaremos acompanhando todo o processo referente aos financiamentos e ao repasse dos recursos. Nós, do sul, queremos que o trecho da rodovia transforme-se num grande canteiro de obras. Queremos máquinas e homens trabalhando para que a duplicação não se arraste por mais alguns anos. Daqui para frente, esse será o nosso objetivo.

A duplicação da BR-101, trecho sul, representa a vitória da vida. Chega de acompanharmos através dos noticiários a morte de conhecidos e anônimos. Quem trafega pela BR-101 quer segurança, paz e respeito à vida, assim como já ocorre com os nossos companheiros da região norte do Estado.

Como parlamentar e um dos representantes da região sul catarinense, agradeço o apoio e o incentivo de todos aqueles que não me permitiram desistir dessa luta. Assumi a responsabilidade de acompanhar todo o processo de duplicação, mesmo tendo consciência de que me tomaria tempo e aborrecimentos. Por esta razão, é que trabalhei 120 dias, 24 horas por dia e a energia e o entusiasmo do meu trabalho foram frutos do apoio que recebi, principalmente, da região sul. Felizmente, com a decisão do Ibama, sinto-me aliviado e gratificado com o trabalho desenvolvido. Como já frisei, trata-se apenas de uma etapa, mas a duplicação está deixando de ser um sonho.

Deputado Manoel Mota (PMDB)

Mais segurança no transporte do gás



Há poucas semanas assistimos, pela televisão, o que poderia ter sido uma grande tragédia. No estado de São Paulo uma tubulação de gás foi rompida por uma máquina que trabalhava numa obra.

Além do risco absurdo de uma explosão, que levaria para os ares alguns quarteirões, havia também o risco de intoxicação e asfixia dos moradores próximos, pelo gás que escapou dos tubos. Isso jamais poderia ter ocorrido. E só ocorreu porque, quem estava no comando das obras, desconhecia que por

ali passava uma rede de transporte de gás.

O gás encanado tem segurança questionável e o mesmo pode-se dizer quanto aos bujões de GLP. Com uma frequência acima do desejável somos informados de acidentes que, não raro, resultam em morte.

No primeiro caso, só o que falta é a obrigatoriedade da divulgação de um mapa contendo a exata localização de gasodutos e redes de distribuição do gás natural. Afinal, as prefeituras precisam estar informadas das áreas de risco que têm nos territórios de seus municípios,

de forma que qualquer obra seja recoberta da máxima segurança.

No segundo, uma simples válvula de segurança, chamada de válvula de alívio de escape, poderia impedir inúmeros acidentes. Ela é capaz de conter o vazamento do gás após o retorno da pressão interna ao nível normal, ou seja, 85% da capacidade do bujão. Esta válvula já existe e é instalada em bujões de volume maior. O que explica, então, que não esteja também presentes nos vasilhames de 13 quilos, tão massivamente utilizado e, por isso mesmo, com maiores riscos de acidentes?

Estas duas distorções, na verdade negligências com a segurança da população, estamos tentando corrigir com projetos de lei para os quais, acreditamos, teremos grande apoio popular. Em ambos os casos, como é uma prática do PT, estamos procurando atender demandas da população. Não tiramos essas soluções da cartola, mas do medo que os cidadãos catarinenses sentem em relação às formas de distribuição e uso do gás.

Vamos esperar que a mobilização dos catarinenses em torno desses projetos façam deles um exemplo de cuidado com a segurança para todo o Brasil.

Deputado José Paulo Serafim (PT)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins

Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Rubens Vargas

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi,

Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Retratos de Santa Catarina apresenta Blumenau

A 12ª edição do projeto *Retratos de Santa Catarina*, com exposição de arte e apresentação cultural do município de Blumenau, foi aberta oficialmente nessa terça-feira (28) pelo presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL). O ponto alto do evento foi o pré-lançamento da Oktoberfest, que acontece todo ano no mês de outubro e é uma das maiores atrações do Estado em âmbito nacional.

Na abertura da solenidade, que contou com a presença do prefeito Décio Lima (PT), foi apresentado um solo de sax com o músico Lino Vieira, seguido de demonstrações do Grupo de Harmônicas do Clube 25 de Julho, do Grupo de Danças Típicas do Clube de Caça e Tiro e do Grupo Musical *Freundenmuzikanten*.

O prefeito Décio Lima citou a festa como imagem da cultura germânica, característica da região, como a maior festa do chope de Santa Catarina, e que "representa a capacidade de enfrentar os desafios da globalização, a autonomia de nosso povo e a exaltação daquela cultura".

Colonizada principalmente por alemães e posteriormente por italianos e



(foto Alberto Neves)

Pré-lançamento da Oktoberfest

poloneses, Blumenau atualmente tem a economia centrada na indústria têxtil e do vestuário, metalúrgica, comércio e prestação de serviços. Destaca-se também a produção de softwares aplicativos, que pode chegar a um faturamento de aproximadamente R\$ 190 milhões este ano. A cidade sedia anualmente a maior feira de informática do País, a Coninfo.

No município atuam 2.305 estabelecimentos industriais, 8.179 comerciais e 6.847 de serviços. Sua produção provém 56,3% do comércio e serviços, 36,7% da indústria e 7% da agropecuária. Dos 240.195 habitantes, 227.705 localizam-se no perímetro urbano e 12.049 no meio rural.

O evento foi prestigiado pelo governador Esperidião Amin (PPB), deputados estaduais, lideranças municipais e integrantes do colegiado da Prefeitura de Blumenau.

Assembléia oferece cursos a servidores

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Onofre Agostini (PFL), assinou nessa semana *Termo de Compromisso com a Coordenadoria Regional da Educação*, através da secretária Miriam Schilikmann, para possibilitar o funcionamento de duas turmas, sendo uma do nível fundamental e outra do nível médio, destinadas aos servidores do Poder que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos. As aulas começam no próximo dia 3 de setembro com duas turmas de 25 alunos.

O deputado Gilmar Knaesel (PPB), presidente da Escola do Legislativo,

ressaltou que a idéia de lançar os cursos surgiu em 1999, com a realização de um senso interno, onde foi detectado o desejo de diversos servidores em concluir seus estudos.

A secretária Miriam revelou que o governo mantém atualmente em todo Estado 24 centros para formação de jovens e adultos, alguns funcionando no próprio Executivo.

Já o deputado Agostini frisou que o exemplo maior da iniciativa está na matrícula do ex-deputado estadual Idelvino Furlanetto, hoje assessor da Assembléia, que na sua adolescência não teve oportunidade de concluir o então chamado 2º Grau. Destacou o

empenho dos 40 parlamentares que deram cobertura ao projeto do deputado Knaesel, permitindo o lançamento dos cursos.

Estavam presentes o deputado Ivan Ranzolin (PPB) e representantes da Secretaria da Educação e da Coordenadoria Regional de Florianópolis.



Deputados e funcionários em reunião

Capacitação

Para agilizar a tramitação de projetos de lei, o presidente da Assembléia determinou a realização de cursos aos funcionários da Divisão de Documentação, Comissões Técnicas, Coordenadoria das Comissões e Expediente.

A Escola do Legislativo montou o curso para 48 servidores e a parceria com o Tribunal de Justiça possibilitou a palestra do desembargador Eládio Rocha sobre "Considerações do Direito Processual", já que a tramitação do processo legislativo deve obedecer suas normas.

COMISSÕES

Debatida privatização da Celesc e Casan

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, deputado Jaime Duarte (PPS), coordenou dia 29 no Plenarinho audiência pública contra a privatização da Celesc e da Casan. É de autoria de Duarte o projeto de emenda constitucional determinando que o governo deve deter o controle acionário das duas empresas. O objetivo é evitar que setores como energia e saneamento básico passem para o capital privado, a exemplo do que já ocorreu com as telecomunicações, cujos serviços, na opinião da maioria dos consumidores, decaíram em qualidade.

Participaram da audiência os deputados Moacir Sopelsa, Herneus de Nadal, ambos do PMDB e Afrânio Boppré (PT). Também esteve presente o diretor administrativo da Celesc, Sebastião Brito, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (Sintae), Jucélio Paladini, o representante da Intersindical, Valdeci dos Santos, funcionários, prefeitos e OAB.

O representante da Celesc declarou que não existe a intenção de privatizar a energia elétrica no Estado e que a partir do novo modelo de gestão, sugerido por uma

empresa de consultoria e que já está sendo debatido nas 17 agências em Santa Catarina, é que o projeto será remetido aos deputados para a votação. Lamentando a ausência de um representante da Casan, o presidente do Sintae disse que a empresa está sendo omissa nessa discussão e que, independente do posicionamento, a participação é fundamental. Mas reiterou sua posição contrária à privatização.

Ao final do encontro ficou definido que deputados e sindicalistas vão solicitar às Câmaras de Vereadores que aprovem moções favoráveis ao projeto de emenda constitucional. "Não queremos a reprise do que ocorreu com o Besc", afirmou Herneus. Também várias discussões descentralizadas sobre o tema serão realizadas nas principais regiões do Estado. E por último, sindicalistas vão colher assinaturas entre a população, dos que não concordam com a privatização dos



Audiências vão percorrer o Estado

serviços essenciais. "Estamos defendendo o patrimônio público. É preciso conscientizar que a Casan e a Celesc pertencem ao povo catarinense", disse Duarte.

Usina de Salto Pilão

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) está propondo à Comissão de Saúde e Meio Ambiente a realização de audiência pública para debater a construção da Usina de Salto Pilão, no Alto Vale do Itajaí. Quer que os responsáveis pela obra esclareçam detalhes do projeto e suas implicações, principalmente no que se refere à preservação do rio Itajaí-Açu e da Mata Atlântica. "Sabe-se que a água daquele rio abastece boa parte da população das cidades da região, além da preocupação com a manutenção de áreas remanescentes da Mata Atlântica".

O parlamentar recebeu informações da Fundação da Estrada de Ferro Santa Catarina sobre os problemas que a construção da Usina podem trazer ao meio ambiente e ao turismo na região e explica que, com a construção e a possível colocação de um duto, haverá perda da qualidade da água consumida pela população.

A Fundação também informou a Mendonça que a Usina de Salto Pilão, na mão da iniciativa privada, não vai solucionar o problema energético estadual ou nacional, uma vez que a capacidade de produção ficará em 80 megawatts/hora. "Esse volume de energia não terá nenhum peso, pois significará apenas 2% da demanda atual".

AL debate redução da idade penal

A sessão especial requerida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), presidente da Comissão de Direitos Humanos, abriu nessa segunda-feira (27) a programação da *Semana de Mobilização Contra a Redução da Idade Penal*. Participaram do evento o promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude da Capital Gersino Gerson Gomes Neto, a arte educadora Bernardete Sant'Anna e o representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o adolescente Babyton Santos da Costa.

O objetivo do encontro, segundo Duarte, foi iniciar o debate sobre os 14 projetos que tramitam na Câmara Federal e os quatro que estão no Senado a respeito da inimputabilidade penal do Adolescente. O parlamentar defende o tratamento previsto no *Estatuto da Criança e do Adolescente*, que preconiza medidas sócio-educativas. "Falta no

Estado a construção de Centros Educacionais e Centros de Internação Provisória (Cips) para o atendimento ao adolescente", destacou o parlamentar. Em SC apenas São José, Lages e Chapecó possuem tais instituições.

O promotor Gercino Gomes Neto, que lançou simultaneamente o livro *A Inimputabilidade Penal Como Cláusula Pétreia*, defende sua posição contrária à redução da idade penal declarando que o Estado tem o dever de criar perspectivas aos adolescentes, principalmente de emprego. "Mas não tem havido vontade política de se investir no social".

Em seu depoimento o adolescente Babyton Santos da Costa comentou que a redução da idade penal não vai ajudar a diminuir a criminalidade. Ele aponta que no Estado apenas 10% dos atos infracionais são cometidos por adolescentes.

COMISSÕES

Pesquisadores e empresários aderiram às audiências da Ciência e Tecnologia

Empresários, em especial os líderes de associações de pequenos e micro empreendedores, pesquisadores, professores de nível superior, sindicalistas, políticos, universitários e representantes da Fiesc, Senai, Sebrae, Casan, Epagri e Celesc têm participado das audiências públicas da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, presidida pelo deputado Paulo Bornhausen (PFL), colaborando para a elaboração de uma política para o setor no Estado.

O roteiro de coleta de sugestões e contribuições ao relatório do deputado Joares Ponticelli (PPB), que será entregue até o dia 24 de setembro, teve início em Blumenau no dia 20 de agosto e já passou por Joinville, Tubarão, Criciúma, Concórdia e nesta sexta-feira está em Chapecó, sendo concluído no auditório da Fiesc, em Florianópolis, na



Grupos de trabalho apresentam sugestões

segunda-feira (3). Completa a comissão o deputado Moacir Sopelsa (PMDB).

As audiências são marcadas pela palestra do professor Carlos Alberto Schneider, da *Fundação Centros de Referência em Tecnologia e Inovação (Certi/UFSC)*, que discorre sobre "*Ciência, Tecnologia e inovação como pro-*

pulsoras da nova era do desenvolvimento", ficando para a consultora da Certi, Maria Gorete Hoffmann, a tarefa de informar o público do panorama social, econômico e ambiental do Estado, com ênfase para a região que está sendo visitada.

Comentando a participação nos encontros, Bornhausen

disse que os recursos humanos altamente qualificados de nossas universidades, principalmente a UFSC, precisam ser utilizados para solucionar os problemas básicos da população, enquanto Ponticelli enfatizou a importância de ouvir os cientistas das mais diferentes regiões do Estado. Em Criciúma, os parlamentares tiveram a oportunidade de conhecer o Micro Distrito Industrial de Base Tecnológica do Sul (Midisul), núcleo criado em parceria entre a Fiesc, Senai, UFSC e o Centro Tecnológico em Cerâmica, inaugurado em maio deste ano para qualificar a produção industrial nas áreas de cerâmica, plástico e aço.

As propostas apresentadas são renovadas diariamente e estão à disposição nos sites (www.alesc.sc.gov.br) da Assembleia e (www.certi.org.br/cecti) da Fundação Certi.

Solução para problemas no Hospital Regional de São José

Por iniciativa do deputado Volnei Morastoni (PT), a Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), realizou nessa quarta-feira (29) audiência pública destinada a encontrar soluções para os problemas internos existentes no Hospital Regional de São José.

Os dois diretores expuseram suas razões. Freisleben acusou o diretor geral de centralizador, de ter controle político total do hospital, de privilegiar pacientes encaminhados por líderes partidários, de manipulação política de cirurgias e internações, de exorbitar suas competências legais além de ter um discurso moralizador incoerente. Denunciou ainda falta de

equipamentos, especialmente no setor ortopédico.

Em sua defesa Bittencourt afirmou que considerava corretas algumas atitudes que desagradaram à direção clínica daquela instituição. Segundo ele, suas medidas permitiram aumento de atendimentos em geral da ordem de 60%, de 51% nas internações e 30% nas cirurgias.

O secretário da Saúde, João Cândido da Silva, salientou que o corpo clínico não tem o poder de administrar o hospital e sim o diretor geral administrativo. Para ele, o médico Freisleben "é um fiel vigilante da ética médica" e como tal está agindo corretamente. Sugeriu que os dois sentassem para conversar e



Parlamentares intermediam conflito

assim chegar a um consenso sobre suas divergências. Complementou afirmando que a questão da falta de equipamentos ortopédicos já está sendo providenciada pela Diretoria de Assuntos Hospitalares da Secretaria da Saúde.

A questão do diálogo entre os dois médicos para solucio-

nar o impasse teve apoio dos deputados Ronaldo Benedet, Nelson Goetten (PPB) e Jaime Mantelli (PDT), para quem os dois diretores têm somente a intenção de melhorar o atendimento médico-hospitalar à população da Grande Florianópolis e do Estado.

(foto Solon Soares)

(foto Alberto Neves)

PLENÁRIO

Projeto substitui o cultivo do fumo em SC

(foto Jonas Lemos Campos)

Por ocasião do dia 29 de agosto, *Dia Nacional de Combate ao Fumo*, o deputado Volnei Morastoni (PT) lembrou de projeto de sua autoria, que se encontra tramitando e que propõe que o governo substitua progressivamente a cultura do fumo por culturas alternativas de plantas medicinais e flores no Estado. O projeto concede um prazo de 10 anos para a substituição e também prevê o apoio técnico e financeiro para as 60 mil famílias dos atuais produtores.

O parlamentar justifica com dados do Instituto Nacional do Câncer – Inca, que comprovam que para cada real arrecadado com o fumo o Estado gasta dois reais com as doenças e complicações decorrentes do seu uso. “É um quadro preocupante com reflexos sobre a saúde, a economia e o meio ambiente, sendo que o consumo do tabaco atingiu proporções de uma epidemia mundial sendo responsável pela morte de 4 milhões de pessoas, por ano, em todo mundo, e por isso precisamos ir à raiz do problema, combatendo o tabaco desde sua produção”.



Deputado Volnei Morastoni

Proposta - Volnei está propondo à Mesa da AL a implantação na Casa do Programa de Controle do Tabagismo no Ambiente de Trabalho, como uma forma efetiva de combate ao fumo, reduzindo a proporção de fumantes no local de trabalho e eliminando a poluição ambiental.

Plenário mantém pacote de vetos

Os deputados analisaram dez vetos apostos pelo Governador e o único veto rejeitado foi ao projeto de lei de autoria do deputado Romildo Titon (PMDB), que reconhece o município de Fraiburgo como Capital Catarinense da Maçã. Todos os demais tiveram seus vetos mantidos por serem considerados inconstitucionais:

- Do deputado César Souza (PFL) projeto para instituir *campanha de vacinação anual contra a gripe* e projeto de lei complementar sobre o Sistema Estadual de Educação.

- De autoria do deputado João Rosa (PTB) projeto sobre a veiculação de *mensagem incentivando a doação de sangue, o aleitamento materno* e outras matérias que possuam caráter preventivo à saúde.

- Do deputado Clésio Salvaro (PFL) projeto que incluiria *produtos da atividade pesqueira e da aquicultura nos cardápios dos programas de alimentação escolar*.

- De autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB) projeto que autorizaria o Poder Executivo a realizar *despesas para contribuição previdenciária complementar dos empregados da Epagri à Fundação Seguridade Social (Ceres)*.

- Do deputado Sandro Tarzan (PTB) projeto capacitando a Casan, mediante solicitação, a instalar junto ao hidrômetro do consumidor final dispositivo eliminador de ar da tubulação do sistema de abastecimento de água.

- Do deputado Gelson Sorgatto (PMDB) projeto que vedaria às empresas de energia elétrica e de água e esgoto interromperem a prestação do serviço sem aviso prévio ao consumidor.

- Do deputado Jaime Duarte (PPS) projeto para disciplinar as reclamações relativas à prestação de serviços públicos no Estado.

- Do deputado Gilmar Knaesel (PPB) projeto de lei sobre o parcelamento do solo urbano.

Admitida MP

Os parlamentares admitiram a Medida Provisória 96/01, editada pelo Governador, que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado para atuação exclusiva nos centros educacionais, de internamento provisório e casas de semiliberdade da Secretaria da Justiça pelo prazo de um ano, renovável por igual período. Uma equipe de funcionários públicos efetivos vai fixar critérios técnicos, selecionar e avaliar o desempenho dos contratados que vão atuar no atendimento de adolescentes infratores. A medida retorna à Comissão de Justiça para ser analisada no seu mérito.

Projetos aprovados

De autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB) foi aprovado projeto instituindo o *Programa de Eficiência Energética da Administração Pública Estadual*, com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica em 35%, com caráter permanente e de adotar medidas de conservação.

Aprovados também dois projetos declarando o município de Urupema a “Capital Catarinense da Truta” e Bom Retiro a “Capital Catarinense do Churrasco”, ambos de autoria do deputado Sandro Tarzan (PTB).

Já de origem governamental foi aprovada lei que reconhece oficialmente no Estado a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente. Trata-se do meio de comunicação dos deficientes auditivos e de uso corrente nessas comunidades.

A partir de agora a rede pública estadual de ensino deverá garantir acesso à educação bilíngüe (Libras e língua portuguesa) no processo ensino-aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados do sistema educacional, a todos os alunos com deficiência auditiva.

Honraria - Com objetivo de agradecer pelos trabalhos prestados ao Estado, foi aprovado Projeto de Resolução nº 10/01, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL) que concede a Renato Timm Marins, a Honraria de Mérito.

Tarifas intermunicipais

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) apresentou projeto de lei propondo que o governo do Estado adote o coeficiente tarifário utilizado pelo governo federal para concessão e fixação das tarifas de transporte coletivo intermunicipal. Esse coeficiente é o resultado de uma fórmula utilizada pelo Deter para calcular o valor final das passagens intermunicipais. Para atingir esse valor, o órgão estadual considera os custos das empresas com preço dos combustíveis e

derivados, mão-de-obra, pneus, oficina, impostos, quilômetros percorridos e número médio de passageiros por viagem.

Segundo ele, enquanto uma passagem de Florianópolis a Concórdia custa, em média, R\$ 52,26, de Florianópolis a São Paulo, o preço cai para R\$ 43,67. Há uma disparidade, pois na primeira viagem são 492 km percorridos, enquanto a segunda são quase 700 km. "Como o governo e as empresas explicam essa diferença?", questionou.

Ex-policiais

A reintegração de ex-policiais civis e militares que saíram das corporações por livre e espontânea vontade e que possuam ficha limpa, foi objeto de indicação do deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao Governador do Estado.

Segundo ele, são ex-policiais que poderão voltar a prestar seus serviços à população.

Isenções

O deputado Adelor Vieira (PMDB) apresentou projeto de lei permitindo que pessoas desempregadas há mais de seis meses, que tiveram qualquer documento pessoal roubado, furtado ou perdido, sejam isentas do pagamento de taxa, mediante apresentação de Carteira de Trabalho, para solicitação da segunda via.

Correção do FGTS para doentes

Aos membros da bancada catarinense no Congresso Nacional, Francisco de Assis (PT) encaminhou moção pedindo interferência junto ao governo federal para que tome medidas que priorizem o pagamento da correção do FGTS aos trabalhadores portadores do vírus HIV e câncer.

Justificou a proposta explicando que o governo quer

antecipar em um mês o pagamento da correção das contas do FGTS, e que a idéia é pagar a dívida de R\$ 40 bilhões apurados até maio passado para trabalhadores que tem a receber até R\$ 1 mil. Como o pagamento deverá ser feito em parcelas, que se priorizem os trabalhadores que se encontram nessas situações especiais, disse o parlamentar.

Campeonato

Indicação do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) à Secretária da Educação sugere a implantação do *Programa Campeonato entre Escolas*, com premiação oferecida pelo governo do Estado ou patrocinadores. Entende que a iniciativa poderá contribuir para com a saúde dos estudantes, além de evitar que os mesmos sejam vítimas das "malhas traiçoeiras" das drogas.

Proposições

Deputados Nilson Gonçalves (PSDB) e Adelor Vieira (PMDB) ao Governador e ao Presidente da Casan requerendo a construção de uma estação elevatória de esgoto no Conjunto Habitacional Severo Gomes, em Joinville.

Deputado Cesar Souza (PFL) ao Governador pedindo a pavimentação do trecho sem asfalto da rodovia SC-439, que liga Urubici a Grão Pará via Serra do Corvo Branco.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador solicitando a construção de uma ponte interligando a SC-477 com o distrito industrial de Timbó.

Deputado Narcizo Parisotto (sem partido) ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes cumprimentando-os pela passagem do aniversário do município.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) à comunidade de Chapecó parabenizando pela passagem dos 85 anos de emancipação político-administrativa do município.

Deputado Jaime Duarte (PPS) ao Presidente da República e demais autoridades em Brasília pedindo apoio ao movimento reivindicatório dos trabalhadores no serviço público federal.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Secretário dos Transportes solicita a estadualização dos trechos rodoviários que ligam Salete aos municípios de Witmarsum e Rio do Campo, e de Santa Terezinha a Monte Castelo e BR-116.

Deputado Sandro Tarzan (PTB) ao Governador e à Secretária da Educação solicitando a adoção de medidas para isenção do pagamento das taxas de água e luz das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes).

Deputado Julio Garcia (PFL) ao ministro da Saúde solicitando sejam reabertas as negociações com os servidores em greve, para viabilizar o atendimento à população que depende exclusivamente do SUS e do INSS.

Deputado Romildo Titon (PMDB) requereu a realização de sessão solene da Assembléia em Capinzal para entrega oficial às autoridades da Lei 11.858, na qual o município é reconhecido como a Capital do Chester.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao Presidente da SC Gás solicita a adoção das medidas necessárias para a instalação gás natural veicular em postos de combustíveis em Tubarão e demais municípios que compõem a região sul.

Deputado Afonso Spaniol (PPB) ao Governador e ao Secretário dos Transportes solicitando a pavimentação asfáltica da rodovia SC-497 ligando o Balneário de Ilha Redonda à BR-283, em Palmitos.

Deputado Jaime Duarte (PPS) ao Presidente da Casan pedindo a construção de uma estação elevatória de tratamento de esgoto no Conjunto Habitacional Severo Gomes, em Joinville.

Deputado Jorginho Mello (PSDB) ao Presidente da Assembléia requerendo uma visita dos deputados à Usina Hidrelétrica Machadinho, localizada em Piratuba.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado solicita a instalação da Comarca de Araquari.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário dos Transportes solicita a inclusão no planejamento de melhoria rodoviária do Estado do asfaltamento da SC-425, trecho que liga Taió e Mirim Doce com a BR-470.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Comandante Geral da Polícia Militar solicitando a cessão de viatura para o destacamento da PM sediado em Witmarsum.

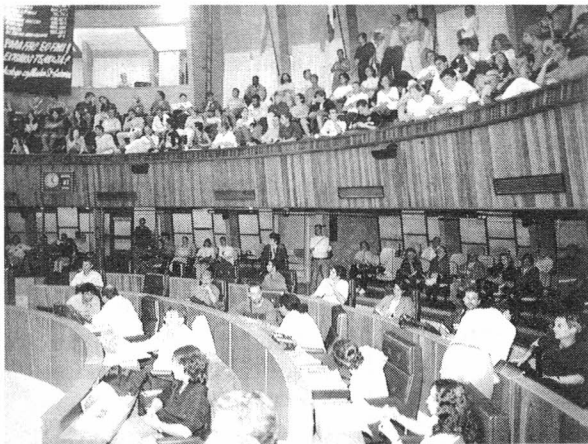
Deputado Narcizo Parisotto (sem partido) ao Governador solicitando melhoria no serviço funerário público prestado pelo Estado.

GERAL

Audiência debate crise na UFSC

A deputada Ideli Salvatti (PT) coordenou audiência pública nessa segunda-feira (27) para discutir a situação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Também compareceram os deputados João Henrique Blasi (PMDB), Jaime Duarte (PPS) e Afrânio Boppré (PT), o reitor Rodolfo Pinto da Luz, professores, estudantes e funcionários da universidade e vereadores.

Os servidores da UFSC estão em greve desde o dia 25 de julho e na semana passada o movimento foi reforçado com a adesão dos professores.



Professores, alunos e servidores

A exemplo dos demais servidores federais, os funcionários da Universidade não recebem reajuste de salário há sete

anos. O reitor salientou a importância da instituição afirmando que dos 113 mil estudantes universitários do Estado, 24 mil estão na UFSC, que sedia quase a totalidade dos cursos de mestrado e doutorado. "Faltam investimentos do governo para que possamos desenvolver nossas atividades. Os salários estão defasados desde 1995 e não há outra saída para o país senão investir em educação, ciência e tecnologia".

Os servidores deixaram claro que não concordam com o reajuste proposto pelo governo federal na ordem de 3,5%. Também os estudantes manifestaram descontentamento com a situação, e que, apesar do prejuízo com a ausência de aulas, apoiam o movimento.

Um documento que será encaminhado à Câmara dos Deputados e ao Senado pede providências para os problemas da UFSC. "O governo federal investe cada vez menos na infraestrutura do ensino superior público. Esse processo precisa ser impedido antes que as universidades federais brasileiras, responsáveis por 90% das pesquisas do país, sejam privatizadas", declarou Ideli.

Discutido manejo da bracatinga

A Comissão de Agricultura realiza na próxima quarta-feira (5) audiência pública em Canoinhas para discutir o manejo da bracatinga. O encontro está marcado para às 15 horas na Sociedade Beneficente Operária e atende requerimento dos deputados Antonio Aguiar e Clésio Salvaro, ambos do PFL, e Rogério Mendonça, Gelson Sorgato e Moacir Sopsela, do PMDB.

A intenção dos parlamentares é esclarecer sobre o uso dessa espécie, já que existe resolução do Conselho Nacional do

Meio Ambiente (Conama) que permite o manejo no Paraná e no Rio Grande do Sul ao mesmo tempo que proíbe em Santa Catarina.

A floresta de bracatinga se caracteriza por ser uma espécie de rápido crescimento e vida útil de no máximo dez anos e seu manejo ocorre principalmente no Vale do Itajaí e no Planalto Norte, onde são tão antigas quanto a prática da agricultura e pecuária. Seu uso está associado à pequena propriedade fornecendo varas, palanque, carvão e lenha em geral.

Agenda

Dia 31, às 8h – Seminário *A Sociedade e o Fenômeno das Drogas*

Local: Plenário

Dia 3, às 15h – Audiência pública da Comissão de Educação para debater sobre o Ensino Profissionalizante e Ensino Médio

Local: Plenário

Dia 3, às 16h – Audiência Pública da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação

Local: Fiesc

Dia 3, às 19h – Sessão solene em homenagem ao Jornal Mural de São Joaquim

Local: Plenário

Dia 5, às 15h – Audiência pública da Comissão de Agricultura para discutir o manejo da bracatinga

Local: Canoinhas – Parque de Exposições Ouro Verde

Dia 5, às 19h30min. – Lançamento do livro *5 Regras Para Vencer Seus Limites*, de Paulo Zabeu

Local: Galeria de Artes Meyer Filho

Dia 6, às 10h – Sessão solene em comemoração aos 90 anos de Canoinhas

Local: Canoinhas Tênis Clube

Dia 6, às 19h – Lançamento do Movimento pela Paz e apresentação do projeto *Parque do Sino da Paz*

Local: Galeria de Artes Meyer Filho

Ensino médio em greve

Os professores da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, que estão em greve, solicitaram à deputada Ideli a realização de uma audiência pública para discutir as diversas modificações na estrutura de ensino da escola ocorridas principalmente no último ano. O encontro, na próxima segunda-feira (3), vai debater ainda o ensino médio da rede estadual, que também sofreu algumas mudanças.

A partir do encontro, a Comissão de Educação deverá definir os encaminhamentos a serem dados na busca de solucionar as dificuldades existentes.

Deverão comparecer representantes da Secretaria de Educação, da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, sindicalistas e estudantes.